

**ATUAÇÃO DOS
DEFENSORES E
DEFENSORAS
PÚBLICAS DO
ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO
EM FAVOR DA
POPULAÇÃO
CAPIXABA DURANTE
A PANDEMIA**





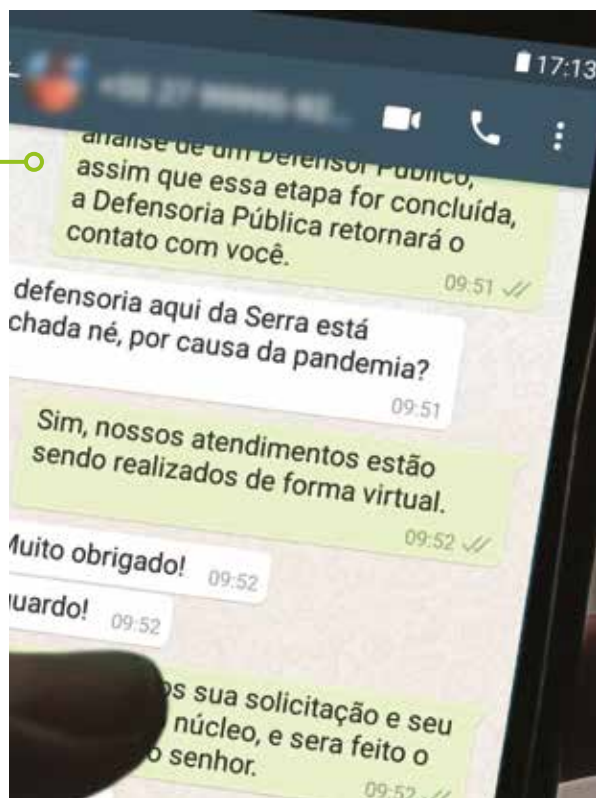
A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e, como expressão e instrumento do regime democrático, é responsável pela orientação jurídica, pela promoção dos direitos humanos e pela defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.


E durante a pandemia da Covid-19, a instituição não parou. Apenas no ano de 2020, **foram realizados** mais de **343.393 atendimentos e atos processuais em geral** por parte dos defensores e defensoras públicas no Estado do Espírito Santo, em defesa da população mais carente.

Houve **aumento em mais de 80% da atuação coletiva** da Defensoria Pública capixaba, **com resultados importantes** nas mais diversas áreas.

Entre os destaques no período também está o **fortalecimento da atuação extrajudicial**, por meio da realização de acordos, expedição de notificações, elaboração de recomendações (a exemplo do correto armazenamento de vacinas, para evitar as perdas), ofícios, notas técnicas, além da instauração de procedimentos administrativos para fiscalização e acompanhamento de situações que colocam a população em situação de vulnerabilidade.

Sempre objetivando o aprimoramento das suas funções, a instituição ainda potencializou a coleta de dados e a realização de pesquisas na pandemia, bem como colaborou, de maneira qualitativa, para a elaboração de políticas públicas.



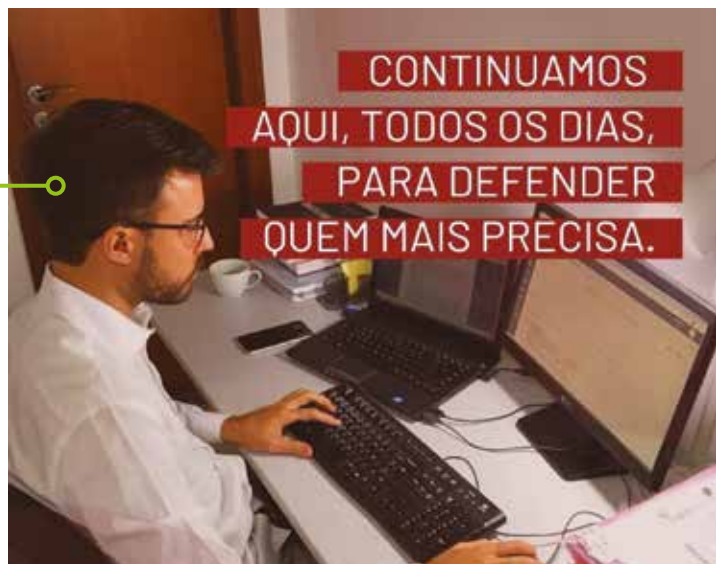


Tudo isso se tornou possível em virtude da **ampliação do programa de atendimento remoto Defensoria 4.0**, implantado em 2019.

Foram realizados milhares de atendimentos, mês a mês, nas mais diversas áreas jurídicas, além do acompanhamento de inúmeros atos e processos judiciais. Comprometidos com a proteção daqueles que mais precisam, com a promoção dos direitos humanos e com a concretização da igualdade, acompanhamos ações nas áreas de Família, Infância e Juventude, Penal e Execução Penal, Cível e Fazenda Pública, entre outras.

Trabalhamos em prol de comunidades atingidas por desastres ou grandes empreendimentos. Exercemos atendimentos a pessoas em situação de rua e a entidades da sociedade civil. Realizamos acompanhamento de abrigos, unidades socioeducativas e penitenciárias. Tornamos possível a pacificação de conflitos comunitários e familiares por meio da conciliação e mediação, além de incontáveis outras ações.

Seja no âmbito individual ou coletivo, seja de forma judicial ou extrajudicial, a Defensoria Pública não deixou de trabalhar, dia após dia, para assegurar à população capixaba o acesso aos seus direitos, efetivando os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.



Vejam alguns exemplos da atuação da Defensoria Pública no ano de 2020:

DIREITOS DAS MULHERES

Uma importante frente de trabalho foi a defesa dos direitos das mulheres, com mais de 1,7 mil atendimentos em 2020.

Para tanto, houve a ampliação dos canais de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, considerando o aumento de casos durante a pandemia, facilitando a realização de pedidos de medida protetiva online.



**O não
amedronta**

O amor não humilha e não ameaça,
isso é violência psicológica.

**Não se permita viver na violência,
denuncie! Ligue 190 ou envie um
WhatsApp para (27) 99837.4549**

As medidas protetivas podem
ser solicitadas pelo site
www.defensoria.es.def.br

Outros exemplos de atuação pela instituição: defesa dos direitos das gestantes, de serem assistidas por acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto; acompanhamento e avaliação de política pública de enfrentamento à violência sexual de mulheres e meninas no Estado e, ainda, lançamento de cartilha sobre direitos das mulheres.

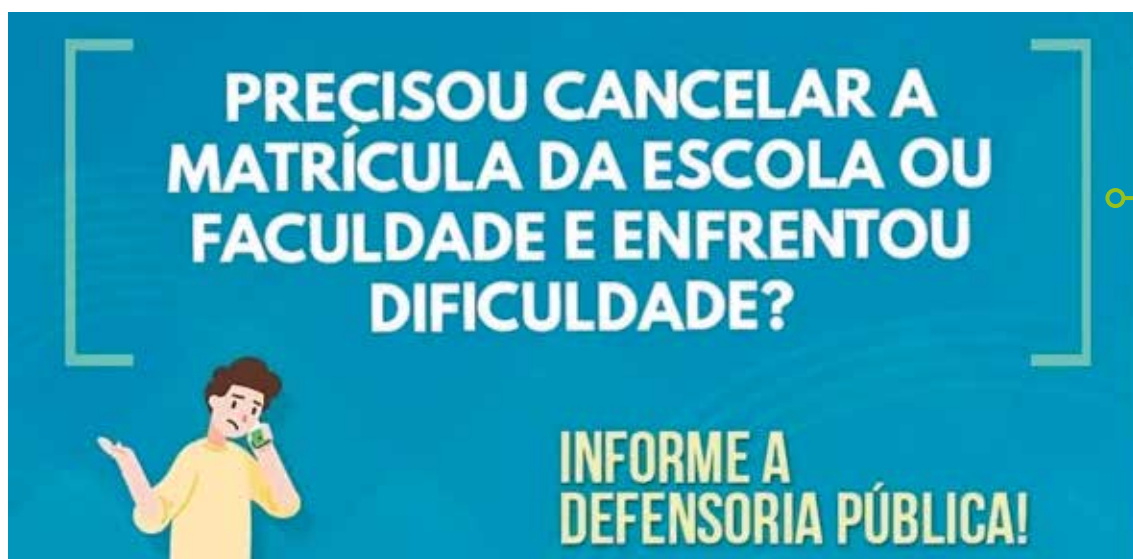
Seja no âmbito coletivo ou individual, a Instituição vem trabalhando para garantir, além dos direitos fundamentais e do acesso à Justiça, o desenvolvimento de políticas públicas em prol da igualdade de gênero e dos direitos humanos das mulheres.

DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em relação à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, destaque para as atuações voltadas ao fornecimento de merenda no âmbito municipal e vitória no julgamento do Habeas Corpus coletivo que limita em 100% a lotação das unidades socioeducativas, entre outras conquistas.

DIREITOS HUMANOS

No tocante à defesa dos direitos humanos, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo ingressou com diversas ações, dentre elas, com ação civil pública para que fossem asseguradas a revisão das mensalidades escolares e a suspensão contratual nas instituições de educação infantil.



Outra iniciativa importante foi o atendimento remoto a grupos vulneráveis, entre eles LGBT e população em situação de rua, e ainda o acompanhamento da vacinação contra a Covid-19, com pedido de informações aos órgãos competentes.

Outros destaques da atuação:

FORNECIMENTO DE ÁGUA E LUZ

A Defensoria Pública do Espírito Santo fez pedidos de prorrogação de suspensão de cortes de água e de energia, além da extensão de isenção da tarifa social e de ampliação da tarifa aos beneficiários do auxílio emergencial.

Houve recomendações à Agência Nacional de Saúde (ANS), operadoras de saúde suplementar e concessionários de distribuição de energia e água para que não interrompam contratos inadimplentes durante a pandemia. A ANS atendeu ao pedido e fez a recomendação às operadoras. Resposta positiva da Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de São Mateus.

Em apenas uma única atuação a Defensoria Pública ainda garantiu acesso à água potável a 42 famílias.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Além da atuação individualizada em combate às múltiplas vulnerabilidades, foram feitas recomendações ao Executivo Estadual e a municípios capixabas para a adoção de medidas urgentes no atendimento e prevenção ao COVID-19 na população que se encontra em situação de rua.

DESASTRE DO RIO DOCE

Além do atendimento individualizado a população atingida pelo desastre, um exemplo de atuação expressiva da defensoria deu-se através de denúncia ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos relacionada à suspensão do pagamento do auxílio financeiro emergencial para os atingidos, prejudicando cerca de 7 mil pessoas. O cancelamento foi suspenso pelo Judiciário.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS

Garantir acesso aos direitos também passa pelo trabalho educativo de conscientização a respeito dos direitos. Por tal razão, a defensoria trabalhou na produção e divulgação de material explicativo à população capixaba sobre os direitos e deveres dentro e fora do contexto da pandemia. Entre os assuntos destacados estiveram: auxílio emergencial, mensalidades dos contratos bancários, planos de saúde etc. Além da realização e participação em palestras e seminários, foram produzidos diversos vídeos, cards e cartilhas.





ATENDIMENTOS NA ÁREA CRIMINAL

Realização de 47.957 atendimentos e atos processuais em geral na área criminal, entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021. Somente em 2020 foram iniciadas 16.440 novas ações judiciais criminais no sistema da Defensoria. Além disso, a Instituição reforçou a revisão de prisões indevidas, contribuindo para a redução da população carcerária.

NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO

Dentro do projeto de expansão da Defensoria Pública no Espírito Santo, houve reformas e inauguração de unidades de atendimentos, entre elas a de Santa Maria de Jetibá.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Criação da Coordenação de Atendimento ao Cidadão, destinada a promover o treinamento contínuo de defensoras e defensores públicos e servidores. O setor também é responsável por implantar projetos de ampliação e descentralização do atendimento.

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

Estruturação da Escola Superior da Defensoria Pública, que tem entre as suas finalidades a realização de ações educativas para defensoras e defensores públicos, estudantes de Direito e público em geral.

Durante o período, a escola realizou inúmeros eventos virtuais, dentre palestras, congresso e webinários, sobre os mais diversos temas de interesse do meio jurídico.



Vale a pena investir na Defensoria Pública

A atuação exitosa da Instituição mostra que vale a pena investir na Defensoria Pública. Mesmo com um efetivo de defensores e defensoras públicas abaixo do ideal, foi possível grande entrega para o povo capixaba, no que diz respeito à garantia de direitos e serviços para à população.

O Estado do Espírito Santo conta com população estimada de 4.046.052 habitantes. Levando-se em consideração a questão da escassez financeira e social, pode-se dizer que 88% da população é potencial usuária dos serviços da Defensoria Pública. E estudo realizado pela Defensoria, com base em dados do IBGE e do Mapa das Defensorias do IPEA, indica que seriam necessários em torno de 400 profissionais para atender todo o estado capixaba, na proporção ideal de um defensor para cada 10 mil habitantes.

Porém, o Espírito Santo conta, apenas, com 168 defensores e defensoras públicas, o que representa uma proporção insatisfatória de um defensor público para cada grupo de 21,2 mil pessoas necessitadas.

A parcela da população que mais sofre reside no interior capixaba, pois, diante da inexistência de profissionais em número suficiente, mais de 44 municípios, dos 78 existentes no Estado, não contam com a atuação da instituição.

Neste mês de junho, a Emenda Constitucional 80/2014 completou sete anos. Originária da PEC Defensoria para Todos, a EC 80 é um instrumento eficaz para o fortalecimento e a interiorização da Defensoria Pública.



Quando foi promulgada no Congresso Nacional, a previsão inicial era de que, até 2022, o Poder Público deveria universalizar o acesso à justiça e ter defensoras e defensores públicos em todas as comarcas do País. No entanto, uma série de fatores têm atrasado esse cronograma e a expansão da Instituição em território nacional tem sido prejudicada.

Muito já foi feito. Mas os desafios ainda são imensos, para que possamos expandir cada vez mais a atuação defensorial, garantindo acesso à Justiça a todos e todas, alcançando quem necessita da Defensoria Pública.

Ciente da importância de levar acesso à Justiça aqueles que mais necessitam, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo (ADEPES) permanece exercendo sua tarefa de buscar o fortalecimento da instituição.



foto: Comunicação DPES

